



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/ES

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08285.000580/2020-50

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de coberturas em módulos sombreadores com construção de base em concreto a serem instalados no estacionamento da Delegacia da Polícia Federal em São Mateus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO GLOBAL
1	Cobertura em módulos sombreadores, com construção de base em concreto, para estacionamento de veículos com 46 (quarenta e seis) vagas, sendo 2 (dois) módulos com capacidade de dois (02) veículos, medindo 5,0m x 5,0m, com altura de 3,0m e 14 (quatorze) módulos com capacidade de três (03) veículos, medindo 7,5m x 5,0m, com altura de 3,0m	27685	Vagas	46	R\$119.600,00

Havendo divergência quanto ao CÓDIGO/DESCRIÇÃO CATMAT cadastrado no Comprasnet e o constante no Termo de Referência, prevalecerá o CÓDIGO/DESCRIÇÃO CATMAT e especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Descrição detalhada do objeto:

Módulos: construído em tubos de aço industrial c/costura, sendo:

- a) Pilares: tubo de 101,60 mm de diâmetro, na parede de 3,00mm;
- b) braços: tubo de 76,20 mm de diâmetro, na parede de 2,00mm;
- c) Pilares duplos de contraventos: tubo de 48,30 mm de diâmetro, na parede de 2,00mm;
- d) Tesouras: tubo de 76,20 mm de diâmetro, na parede de 2,00mm;
- e) Cruzetas: tubo de 63,50 mm de diâmetro, na parede de 2,00mm;
- f) Base: em chapa de aço com 06 (seis) parafusos para fixação;
- g) cabo de aço galvanizado de 3/16" de diâmetro, sapatilhas galvanizadas e talurite de alumínio;
- h) todos os tubos de aço empregados na estrutura dos sombreadores, devem ser galvanizados a fogo (zincagem por imersão a quente), com comprovação por certificação e/ou laudo de testagem da

galvanização, emitido pela empresa que efetuou a galvanização, com garantia mínima de 05 (cinco) anos até a primeira manutenção.

i) pintura eletrostática epóxi-pó poliéster, na cor branca, c/tratamento anti-ferruginoso.

j) cobertura em Telas, na cor azul, produzidas com fios de polietileno de alta densidade, trama tipo Raschel, mínimo de 190gr/m², c/estabilizadores orgânicos de absorção dos raios UV, na cor azul, sem emendas, com garantia de 05 (cinco) anos contra desbotamento e desfiamento. Estes polímeros contêm antioxidantes que bloqueiam em 95% a radiação Ultra Violeta (U.V.). O design do sombreador será formado pelo tencionamento da tela através de cabos de aço com garantia mínima de 5 (cinco) anos. Ilhoses de latão, gripes lockables de titânio, cliques galvanizados, velcro de nylon, sapatilhas galvanizadas, talurites de alumínio, costuras em fio de poliéster especial, reforçado em lona náutica.

Fundação das Sapatas

k) concreto de fck>18 MPA;

l) chumbadores galvanizados de 1/2" de diâmetro

- Módulos feitos sob medida de acordo com a área do estacionamento da DPF/SMT/ES, após vistoria e apresentação de projeto de execução pela Contratada.
- Vaga: 2,50 x 5,00m para cada veículo.
- Ver esquema dos módulos e fotos dos sombreadores, exemplo no Anexo III deste Termo de Referência.

1.3 Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, inciso III do referido dispositivo legal, bem como no art. 10º, inciso II, do Decreto nº 8.538, de 2017.

1.3.1 Esta excepcionalidade prende-se a necessidade de integração e padronização dos materiais, cujos agrupamentos obedecem aos critérios de especificidades dos mesmos. Assim, caso sejam estabelecidas cotas reservadas, poderá haver mais de um vencedor para cada grupo de itens, prejudicando a integração e padronização dos materiais.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do instrumento de contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Superintendência da Polícia Federal no Espírito Santo está construindo a nova Delegacia no município de São Mateus.

2.2. O objetivo deste Termo de Referência é garantir o fiel desempenho da missão constitucional da Polícia Federal, observados os critérios de conveniência e oportunidade, adquirindo bens que proporcionem conforto e adequabilidade para que seus servidores possam desenvolver suas atribuições com proficiência e comodidade.

2.3. As novas instalações em São Mateus necessitam da instalação de cobertura do novo estacionamento de veículos com 46 (quarenta e seis) vagas na Delegacia da Polícia Federal em São Mateus, com o objetivo principal de manutenção e conservação das viaturas, veículos diversos de servidores e visitantes e de proteção para as pessoas, visando um maior conforto para usuários dos serviços da PF e servidores, durabilidade de peças e componentes dos veículos.

2.4. Os sombreadores ainda visam a manutenção do patrimônio público, assim como o bem estar dos servidores e usuários, com a instalação de coberturas capazes de reduzir em até 30°C a temperatura interna dos veículos, pois reduzem as incidências de radiação UVA e UVB, bem como os raios visíveis.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens que se pretende adquirir enquadram-se na classificação de comuns, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º da Lei 10.520 de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de entrega dos bens é no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme modelo do Anexo I-B deste Termo de Referência, em remessa única.

4.2 Os bens deverão ser entregues na nova Delegacia da Polícia Federal em São Mateus,

localizada no endereço Rua DNER, n.º 269, Santa Tereza, São Mateus/ES, CEP 29.932-340.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; proposta, se for o caso.

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. Quanto aos serviços/fornecimento:

6.2.1. Entregar o material no prazo constante no subitem 4.1 e iniciar os serviços de instalação/montagem que deverá ser concluído no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a conclusão da entrega do material.

6.2.2. Fornecer a mão de obra e os recursos de trabalho, ou seja, as ferramentas necessárias à perfeita prestação dos serviços de instalação/montagem e demais atividades correlatas.

6.2.3. Prestar os serviços de instalação/montagem dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência.

6.2.4. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão permanente dos serviços de instalação/montagem, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências da DPF/SMT/ES.

6.2.5. Orientar seus empregados quanto à forma de execução dos serviços de instalação/montagem, observando cada tipo de instalação, sob pena de responsabilidade.

6.2.6. Cumprir e fazer cumprir por seus empregados as normas e regulamentos disciplinares da SR/PF/ES, as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes da SR/PF/ES.

6.2.7. Fornecer equipamentos e ferramentas em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços de instalação/montagem, devidamente identificados, de modo a não serem confundidos com possíveis similares de propriedade da SR/PF/ES.

6.2.8. Promover a substituição de seus empregados seja em decorrência de férias, licença ou por qualquer motivo de modo a evitar que o serviço sofra solução de continuidade.

6.2.9. Não se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função do fornecimento autorizado, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SR/PF/ES.

6.2.10. Comunicar a SR/PF/ES, de forma detalhada, todo e qualquer incidente que ocorra no curso da execução contratual.

6.2.11. Adotar boas práticas de otimização de recursos, objetivando sempre a redução de custos e desperdícios.

6.3. Quanto aos empregados da Contratada

6.3.1. Comunicar a SR/PF/ES, de forma detalhada, todo e qualquer incidente que ocorra no curso da execução contratual.

6.3.2. Manter seus empregados, quando nas dependências da DPF/SMT/ES, devidamente identificados por meio do uso permanente de crachá a ser fornecido pela contratada.

6.3.3. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cujo desempenho e/ou conduta se tornem inconvenientes para o bom desempenho das atividades.

6.3.4. Treinar e manter atualizados os empregados, sem quaisquer ônus para a SR/PF/ES, quanto aos procedimentos necessários à perfeita execução dos serviços de instalação/montagem dos móveis.

6.3.5. Orientar os empregados quanto aos procedimentos de higiene e segurança na prestação dos serviços de entrega, instalação/montagem, tais como o uso de equipamentos de proteção individual.

6.3.6. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios e acidentes nas dependências da DPF/SMT/ES.

6.3.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da SR/PF/ES ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência, negligência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços de entrega, instalação/montagem, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências previamente anuídas pela SR/PF/ES, visando o ressarcimento ou a reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe a SR/PF/ES qualquer responsabilidade por atos de negligência da contratada durante o horário da prestação do serviço.

6.3.8. Assumir todos os ônus de possíveis demandas, cível ou penal, relacionados aos serviços de entrega, instalação/montagem, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

6.3.9. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

6.4. Critérios de Sustentabilidade a serem observados pela Contratada:

6.4.1.1 Os serviços empregados deverão atentar para a redução de impacto ambiental, ficando a Contratada obrigada a:

6.4.2. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

6.4.3. Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução e operação do objeto.

6.4.4. Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.

6.4.5. Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). A Administração reserva-se o direito de exigir tal comprovação que poderá feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

6.4.6 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

6.4.7 A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco)

dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\left(\frac{6}{100} \right) / 365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	--------------------------------------	--

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, vez que a entrega do objeto dentro do prazo estabelecido neste Edital é o suficiente para execução do mesmo.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

13.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente,

de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;

14.2.3 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6 impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 119.600,00 (cento e dezenove mil e seiscentos reais).

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Gestão/Unidade: 1 / 200352

Fonte: 0174020227

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa: 449051

PI: PF99E000020

17. ANEXOS

17.1. ANEXO I-A – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

17.2. ANEXO I-B – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

17.3. ANEXO II - LAYOUT, ESQUEMA DOS MÓDULOS E FOTOS DOS SOMBREADORES

Vila Velha-ES, 13 de abril de 2020.

RODRIGO CIT RAMOS LOPES

FERNANDO JOSÉ MOSCON IMPERIAL

Escrivão de Polícia Federal
GTED/SR/PF/ES

MARCOS ANDRE GOMES DA PENHA

Agente de Polícia Federal
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

DESPACHO:

1. Aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública.
2. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como estimativa de custos da contratação.

JAIRO SOUZA DA SILVA

Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

NOME DO PROPONENTE:
CNPJ (MF):
ENDEREÇO:
TELEFONE/FAX:
E-mail:
VALOR TOTAL PROPOSTO: R\$ _____
VALOR TOTAL PROPOSTO (POR EXTENSO):

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Cobertura em módulos sombreadores, com construção de base em concreto, para estacionamento de veículos com 46 (quarenta e seis) vagas, sendo 2 (dois) módulos com capacidade de dois (02) veículos, medindo 5,0m x 5,0m, com altura de 3,0m e 14 (quatorze) módulos com capacidade de três (03) veículos, medindo 7,5m x 5,0m, com altura de 3,0m	27685	Vagas	46	R\$

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do instrumento de contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Declaro que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto.

O responsável pela assinatura do contrato é o Sr.(estado civil),(profissão), CPF nº, RG nº,(cargo),(domicílio).

A garantia dos produtos ofertados é de ____ (____) anos, contados a partir da entrega e da efetiva montagem nas instalações da Contratante.

O prazo de validade desta proposta de preço é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Local e data

Assinatura do Representante da Empresa

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-B

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESPÍRITO SANTO

SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA – SELOG/SR/PF/ES

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /

Fornecimento e montagem de Cobertura em módulos sombreadores, com construção de base em concreto, para estacionamento de veículos com 46 (quarenta e seis) vagas, sendo 2 (dois) módulos com capacidade de dois (02) veículos, medindo 5,0m x 5,0m, com altura de 3,0m e 14 (quatorze) módulos com capacidade de três (03) veículos, medindo 7,5m x 5,0m, com altura de 3,0m.

1 - IDENTIFICAÇÃO

Data de Emissão: / /

Data limite de entrega: / /

Contrato nº

Vigência do Contrato: / /

Contratada:

2 - ESPECIFICAÇÃO

ITEM		MATERIAL	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO			VALOR TOTAL A PAGAR			
			VALOR GLOBAL ESTIMADO			
			SALDO ANTERIOR			
			SALDO CONTRATUAL			

3 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

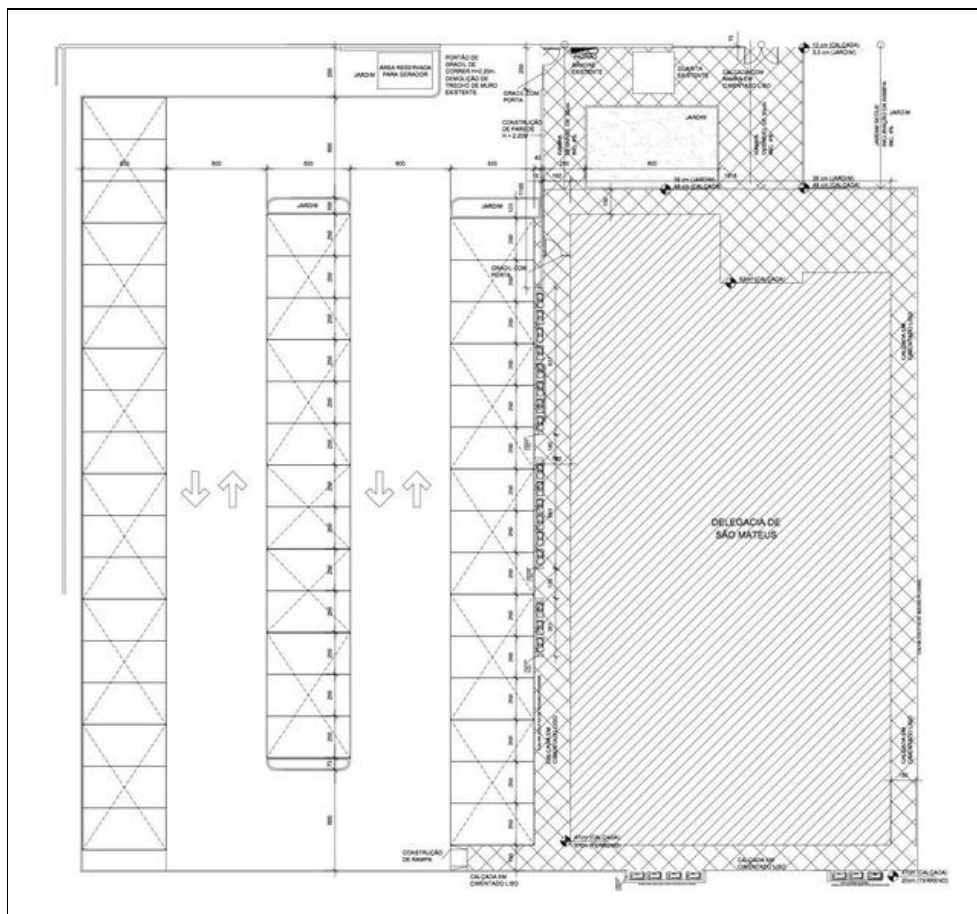
4 – DATAS E PRAZOS	
Data de Entrega	Data da conclusão da montagem
5 – OBSERVAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
Assinatura Nome/Matrícula	Assinatura Nome/Matrícula

TERMO DE REFERÊNCIA

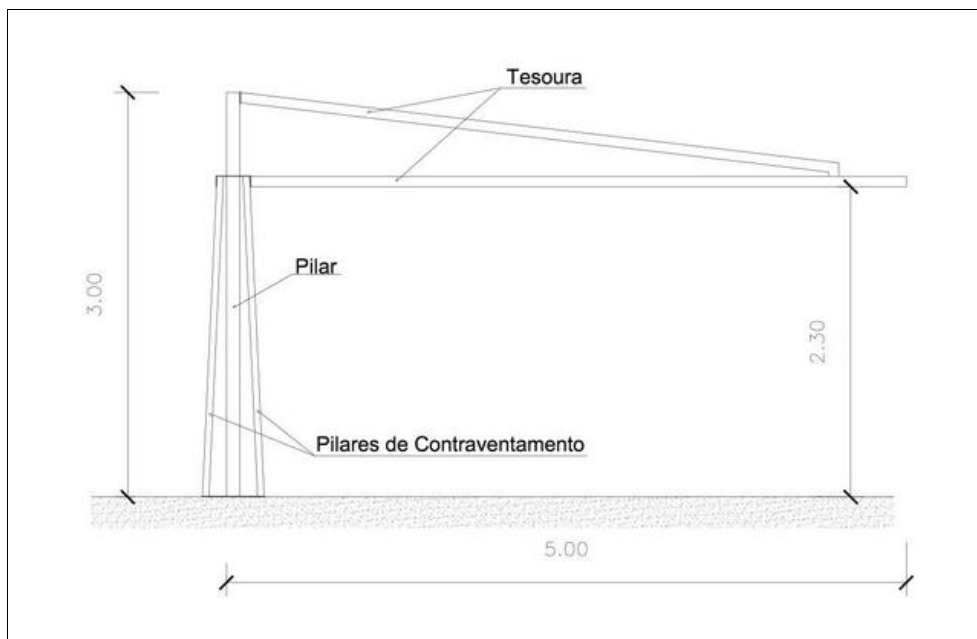
ANEXO II

LAYOUT, ESQUEMA E FOTOS

1. LAYOUT



2. ESQUEMA



3. FOTOS

3.1. EXEMPLO GERAL (com o objetivo de manter a padronização)



3.2. EXEMPLO TOPO E BASE (com o objetivo de manter a padronização)



Documento assinado eletronicamente por **JAIRO SOUZA DA SILVA, Superintendente Regional**, em 17/04/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14349567** e o código CRC **929F15DB**.